



**As Filosofias Nacionais e a Questão da
Universalidade da Filosofia. [PROTA, Leonardo]. Londrina:
UEL, 2000. 320 p.**

Fabio de Barros Silva

Mestrando em Filosofia da Educação – FEUSP

Bolsista da Capes

Há algum tempo a Universidade Estadual de Londrina vem se destacando na realização de pesquisas sobre pensamento brasileiro. Além de manter um órgão dedicado ao estudo das ciências humanas, o *Instituto de Humanidades*, uma editora com um enorme catálogo de títulos referentes a disciplinas filosóficas, a EDUEL, e uma revista direcionada para a divulgação de estudos de Filosofia Brasileira, a *Revista Paradigmas*, a UEL realiza, desde 1989, a cada dois anos, os *Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. A direção executiva do *Instituto*, a coordenação dos *Encontros* e a organização dos seus *Anais*, e a presidência do Conselho Editorial da editora UEL, ficam a cargo do destacado Prof. Leonardo Prota que, admiravelmente, concilia todas essas responsabilidades com o ofício de escritor.

Seu último livro - *As Filosofias Nacionais e a Questão da Universalidade da Filosofia* - trata de uma questão estreitamente afinada com as discussões acerca da

Filosofia Brasileira que vêm sendo realizadas nos últimos anos nos Encontros da UEL: a noção de *Filosofia Nacional*. O livro divide-se em três partes: na primeira parte, Prota examina *A quebra da unidade lingüística na Europa e o surgimento das Filosofias Nacionais*; na segunda, analisa o *Processo de formação das principais Filosofias Nacionais*; e, por fim, procura elucidar a relação existente entre a *Universalidade da Filosofia e as Filosofias Nacionais*.

A estruturação das monarquias centralizadas e a composição das dinastias impulsionaram a formação dos Estados Nacionais em detrimento dos pequenos domínios feudais, que vigoraram durante grande parte da Idade Média, e da dominação territorial dos muçulmanos. Para isso, contribuíram a formação dos exércitos, o aprimoramento das armas de fogo e o caráter original do Estado Moderno, firmado gradualmente e baseado na centralização política, rigidez hierárquica e presença ostensiva de um corpo de funcionários estatais. Como conseqüência da erupção dos Estados Nacionais pode-se assinalar o início de um lento processo de quebra da unidade lingüística na Europa que, segundo Prota, foi extremamente relevante para o desenvolvimento das chamadas Filosofias Nacionais. Assim, logo no princípio da Idade Moderna, muitas obras filosóficas paradigmáticas passaram a ser editadas em língua pátria: o *Discurso do Método* de Descartes, por exemplo, é editado em francês, anonimamente, em 1637, assim como toda obra de Nicolas Malebranche. A própria França estipulou que o francês substituiria o latim na elaboração dos documentos oficiais do estado a partir de 1539. O desenvolvimento deste processo histórico teria, conforme Prota, suscitado novos problemas que seriam basilares para a formação do espírito filosófico moderno. A noção de *experiência* seria a base de problemas relativos ao *conhecimento* (a origem do saber está na experiência?), à *ciência* (quais os novos atributos do espírito científico?) e à *moralidade* (os valores podem encontrar seus próprios fundamentos?). A maneira como cada nação e seus filósofos trataram essas questões propiciaram a emergência do que Prota designa como *filosofias nacionais*.

Na segunda parte da obra o autor procura examinar a especificidade temática das tradições filosóficas mais representativas da modernidade: a inglesa,

alemã, francesa e italiana. A filosofia inglesa manteve, segundo o autor, a questão da experimentação, da experiência, proposta por Francis Bacon (1561-1626) como problema fundamental. O Empirismo de John Locke (1632-1704) e de David Hume (1711-1766), o Utilitarismo de John Stuart Mill (1806-1873), o Pragmatismo de William James (1842-1910) e a reflexão epistemológica de Alfred Ayer (1910-1989) e Karl Popper (1902-1994) seriam, segundo Prota, desdobramentos da investigação exaustiva que foi empreendida em torno deste problema. A análise do caminho percorrido pela filosofia inglesa permite concluir, segundo Prota, que ela circunscreveu sua investigação privilegiando problemas, podemos dizer, de caráter científico e epistemológico.

A filosofia alemã, por sua vez, manteve como problema característico a tentativa de elaboração de *sistemas*. Dentre os filósofos que melhor representaram esta intenção, a bem dizer, constante, estão G. W. Leibniz (1676-1716), C. Wolff (1679-1754), I. Kant (1724-1804), J. G. Fichte (1762-1814), G. W. F. Hegel (1770-1831), K. Marx (1818-1883) e E. Husserl (1859-1938). As influências da fenomenologia, do existencialismo e marxismo representaram desvios na rota assinalada por Wolff-Leibniz para a filosofia alemã. Entretanto, segundo afirma Prota, é perfeitamente possível destacar que a orientação central da investigação filosófica da Alemanha manteve-se direcionada para a elaboração de *sistemas*. O surgimento de uma nova derivação do neokantismo denominada *Culturalismo* e que teve como principais representantes W. Windelband (1848-1915), H. Rickert (1863-1936) e N. Hartmann (1882-1950), constitui exemplo desta persistência em torno da necessidade sistemática para expressão do pensamento. N. Hartmann, apesar de, como veremos, declarar a morte do ideal de sistema, procura dar forma sistemática à sua *Ontologia*.

O sentido principal da filosofia francesa manifesta-se na presença marcante do racionalismo de René Descartes (1596-1650), cujos desdobramentos favoreceram o desenvolvimento do cientificismo positivista que teve em Augusto Comte (1798-1857) seu mais destacado representante. As reflexões de Nicolas Malebranche (1631-1715) e Blaise Pascal além de propiciarem a emergência da

corrente espiritualista que, posteriormente, influenciaria o ecletismo de Maine de Biran (1766-1824), Victor Cousin (1792-1867) e Paul Janet (1823-1895), e o intuicionismo anticartesiano de Henri Bérghson (1859-1941), representaram nítida reação à exacerbação do racionalismo cartesiano, que culminaria em filosofias niilistas tais como a de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Segundo Prota, a França contemporânea assiste a erupção do denominado *Racionalismo Equilibrado* pelo qual, destacados pensadores como Henri Poincaré (1854-1912), Raymond Aron (1905-1983) e Paul Ricouer (nasc. em 1913), sem renegar a tradição filosófica cartesiana, procuram afirmar a autonomia da filosofia, acentuar a importância da antropologia filosófica, e considerar o aspecto religioso e a inefável dimensão do mistério sempre presente no universo do homem.

Os principais filósofos italianos que Leonardo Prota utiliza como interlocutores para determinar a temática peculiar da reflexão filosófica italiana, sem falar do renomado Giambattista Vico (1778-1874), são: Vincenzo Cuoco, Pasquale Galluppi, Antonio Rosmini, Vincenzo Gioberti e Giuseppe Mazzini, todos pertencentes ao denominado *Risorgimento Italiano*, e Bertando Spaventa (1817-1883), Benedetto Croce (1866-1952) e Giovanni Gentile (1875-1944), que bem caracterizaram a filosofia da cultura italiana. Conforme Prota, o *Risorgimento* possuía *objetivo altamente civil, político e educativo: pôr a cultura a serviço da independência e liberdade da Itália, formar nos italianos uma consciência nacional e política, dar-lhes um sentido das virtudes civis* (p. 217-18). Valendo-se de um diálogo profundo com Hegel, Spaventa, Croce e Gentile notabilizaram-se pelas reflexões elaboradas sobre a temática do *espírito, que constitui o eixo peculiar do pensamento filosófico italiano*.

O problema da universalidade da filosofia e sua relação com as filosofias nacionais, examinado na última parte do livro, não deve ser colocado sob forma de oposição. Segundo Prota, embora as filosofias nacionais caracterizem-se pela presença de temas e problemas bastante peculiares, o diálogo com autores clássicos constitui instrumento imprescindível para compreensão do desenvolvimento histórico das idéias. Nicolai Hartmann (1882-1950), Rodolfo

Mondolfo (1877-1976) e Miguel Reale (nasc. em 1910) são três destacados filósofos que procuraram elucidar a questão acima referida. Os dois primeiros destacaram que a perenidade da filosofia encontra sua fonte nos *problemas* que examina. A idéia de *sistema* pode ser considerada superada, já que a própria história demonstrou a impossibilidade de a razão humana esgotar a totalidade do saber. Miguel Reale, por sua vez, indica que a universalidade da filosofia mantém-se graças à permanência inelutável de duas *perspectivas* filosóficas. A idéia de *perspectiva* identifica-se com o ponto de vista último a que toda elaboração filosófica de determinado *problema* deve se referir. Na história da filosofia, segundo Reale, podemos destacar a presença de duas perspectivas: a *transcendente*, que caracterizada pela noção de que existem substratos ontológicos paradigmáticos que atendem às exigências objetivas do conhecimento da realidade; e a *transcendental*, marcada pela ênfase no sujeito cognoscente que cria valores e produz conhecimento, mediante sua situação histórica e espacial.

Enfim, cumpre ressaltar que o livro *As Filosofias Nacionais e a Questão da Universalidade da Filosofia* constitui um instrumento de extrema relevância para continuação das pesquisas sobre filosofia brasileira. A idéia de *filosofia nacional*, que nele assume um contorno preciso e rigoroso, constitui categoria essencial para a determinação da especificidade e originalidade do pensamento brasileiro. Muitas obras gerais sobre a filosofia no Brasil, como a *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (última edição da UEL, 1997), de Antônio Paim, utilizam a noção de *filosofia nacional* na procura pela peculiaridade da meditação filosófica nacional. Entretanto, é no livro de Leonardo Prota que o problema é examinado e elucidado com profundidade e precisão, razão pela qual, certamente, ele deverá constituir leitura obrigatória para os interessados em pesquisas sobre filosofia brasileira.